NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS – CAU/AL.

1. **Informações Gerais**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regimento Geral, Resolução CAU/BR nº 033/2012.

A sede do CAU/AL está localizada na Av. Comendador Gustavo Paiva, n.2789 Manguabeiras, Ed. Norcon Empresarial – Loja 08, CEP: 57.038-900, Maceió – AL.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela Diretoria em 11 de março de 2017.

1. **Principais Diretrizes Contábeis**

A partir de 01/01/2012, a Contabilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/AL foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

1. **Apresentação das Demonstrações Contábeis**

**3.1. Base de preparação**

 As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN n° 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

**3.2. Base de Mensuração**

 As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

* Provisões para férias de empregados/funcionários;
* Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.

**3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

1. **Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, representando, portanto, uma posição estática.

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

**4.1. Ativo Circulante**

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulante.

**4.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

 Registra os valores em Bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os saldos disponíveis em 31/12/16 no valor de **R$ 185.384,48** (cento e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), se apresentam da seguinte forma:

**a) Bancos c/ Movimento**

* O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R$ 185.384,48** (cento e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito ), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

**b) Disponibilidade em Trânsito**

* O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R$ 0,00**, refere-se à restituição de suprimento de fundos pendente na data de encerramento do exercício, com previsão de compensação no primeiro dia útil do exercício de 2017.

**c) Bancos c/ Vinculada**

Não se aplica a este conselho.

**d) Bancos c/ Aplicações Financeiras**

* O saldo disponível em 31/12/16 é no valor de **R$ 165.238,22** (cento e sessenta e cinco mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme pode ser comprovado através do livro razão, das conciliações bancárias e dos extratos bancários.

**e) Disponível em Moeda Estrangeira**

Não se aplica a este conselho.

* + 1. **Créditos a Receber**

**a) Devedores da Entidade**

* Registra o valor a receber de **R$ 12.824,69** (doze mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos), conforme demonstração abaixo:
1. Banco do Brasil – R$ 10.789,90

O valor de **R$ 10.789,90 (dez mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)** refere-se valores a receber de IOF retidos pelo Banco do Brasil.

1. Diário Oficial da União – dezembro de 2016

O valor de **R$ 2.034,79** (dois mil e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), refere-se a saldo residual para uso de publicações no DOU o qual se exige caução antecipada no mês de dezembro de 2016.

**b) Entidades Públicas Devedoras**

* Registra o valor de **R$ 0,00**, se refere ao adiantamento de recolhimento de IRRF, IRPJ/PIS/COFINS/CSLL.

**c) Depósito Judicial**

Não se aplica a este conselho

* + 1. **Estoque – Almoxarifado**

Não se aplica a este conselho

* 1. **– Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante é composto pelos Créditos a Longo Prazo, pelo Imobilizado e Intangível. No mês de dezembro/2016 realizamos o levantamento patrimonial através da empresa Santa Rosa Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S, CNPJ 22.130.937/0001-14.

* + 1. **Créditos a Longo Prazo**

Não se aplica a este conselho.

* + 1. **Imobilizado**

 Os bens imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A composição do Imobilizado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 31/12/2016 é de **R$ 909.772,00** (novecentos e nove mil setecentos e setenta e dois reais), composto da seguinte forma:

 Móveis e Utensílios .............................................. R$ 125.744,00

Máquinas e Equipamentos ................................... R$ 0,00

Equipamentos de Processamento de dados ................R$ 24.028,00

Sala ............................................................. R$ 760.000,00

**Total do Imobilizado ......................................... R$ 909.772,00**

 Todos os bens imobilizados, encontram-se registrados em sistema informatizado SISPAT.NET.

* + 1. **Intangível**

Não se aplica a este conselho

* + 1. **Depreciação e Amortização**

A depreciação dos bens móveis foi calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação após o laudo patrimonial foi individualizada por cada bem.

 A metodologia adotada conforme Laudo Patrimonial foi a Pesquisa Mercadológica, a empresa responsável pela elaboração do Laudo Patrimonial foi a empresa: Santa Rosa Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S, CNPJ: 22.130.937/0001-14.

 A contabilização foi realizada conforme orientações no Manual de Procedimentos Contábeis Específicos, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade.

* 1. **Passivo Circulante**

 O passivo a curto prazo, está demonstrado no balanço patrimonial como circulante, destacando-se as seguintes obrigações:

1. **Restos a Pagar Processados – 2016**
* O valor escriturado na conta de Restos a Pagar Processado do Exercício de 2016 em 31/12/2016 é de **R$ 10.029,40** (dez mil e vinte e nove reais e quarenta centavos). A escrituração obedeceu às normas do artigo 36 da Lei nº 4.320/64.
1. **Obrigações de Repartições a Outros Entes**

Não se aplica a este conselho.

1. **Provisões de Férias, INSS, FGTS e PIS**
* Está registrado na contabilidade na conta de Provisões em 31/12/2016, o valor de **R$ 56.563,65** (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), cuja composição é a seguinte:

Férias ............................................................... R$ 43.510,53

INSS ................................................................ R$ 9.137,21

FGTS ............................................................... R$ 3.480,81

PIS s/ Folha de Pagamento ............................ R$ 435,10

**Total de provisões em 31/12/2016 ............... R$ 56.563,65**

**Observação:**

1. O procedimento de provisão de férias, INSS, FGTS e PIS s/ folha de pagamento é realizado apenas pelo Sistema Patrimonial, conforme manual de orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
2. O procedimento de provisão começou a ser adotado a partir do exercício de 2013.
3. **Provisões para Ações Cíveis a Curto Prazo**

Não se aplica a este conselho

1. **Consignações**
* O valor registrado na contabilidade na conta de Consignações, em 31/12/2016, é de **R$ 0,00**. As consignações se referem às retenções de INSS e Tributos Federais oriundos de pagamento de serviços prestados a PF e PJ e retenção da folha de pagamento.
1. **Garantia – Caução**

Não se aplica a este conselho

* 1. **Passivo Não Circulante**
1. **Provisões para Ações Trabalhistas a Longo Prazo**

Não se aplica a este conselho

1. **Provisões para Ações Cíveis a Longo Prazo**

Não se aplica a este conselho

**4.5 Patrimônio Líquido**

 O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de Superávit e ou Déficit apurados anualmente. Até o Exercício de 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apresentou um **Superávit Acumulado** no valor de **R$1.597.946,52**.

 O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de **R$** (616.112,71), correspondente a 62,75**%** em relação ao resultado acumulado do exercício de 2015.

1. **Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

 O Resultado Patrimonial foi apurado de acordo com o Artigo 104 da Lei nº 4.320/64. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR apresentou no exercício de 2016 um **Superávit Patrimonial** no valor de **R$ 616.112,71** (seiscentos e dezeseis mil cento e doze reais e setenta e um centavos). A composição do Superávit Patrimonial em 2016 foi a seguinte:

**Resultado Patrimonial 2016**

1. Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) .................... R$ 1.691.696,24
2. (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) ................. R$ (1.075.583,53)
3. **(=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/16 ................. R$ 616.112,71**

 O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2016 foi realizado com base no regime de competência da receita e despesa, escriturados no sistema patrimonial.

**Resultado Patrimonial 2015**

1. Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) ....................... R$ 1.071.026,11
2. (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) .................... R$ (1.007.493,24)
3. **(=) Superávit Patrimonial apurado em 31/12/15 .............. R$ 63.532,87**
4. **Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Resultado Orçamentário apurado em 31/12/2016 foi um **Déficit** de **R$ 232.139,33** (duzentos e trinta e dois mil e cento e trinta e nove reais e trinta e três centavos), conforme demonstração abaixo:

**Resultado Orçamentário 2016**

1. Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/16 ............ R$ 1.049.575,29
2. (-) Crédito Empenhado até 31/12/16 ................................. R$ (1.281.714,62)
3. **(=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/16 ......... R$ (232.139,33)**

**Resultado Orçamentário 2015**

1. Receita Orçamentária Arrecadada até 31/12/15................. R$ 1.032.049,15
2. (-) Crédito Empenhado até 31/12/15 .................................. R$ (971.064,86)
3. **(=) Superávit Orçamentário apurado em 31/12/15 ......... R$ 60.984,29**
4. **Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

 O Resultado Financeiro apurado em 31/12/16 é um **Superávit** no valor de **R$ 118.791,43** (cento e dezoito mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), apurado no Balanço Patrimonial do mês de dezembro de 2016, conforme demonstramos:

 **Superávit Financeiro 2016**

(+) Ativo Financeiro

* 1. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/16......................R$ 185.384,48

(-) Passivo Financeiro

* 1. (-) Passivo Circulante em 31/12/16 ...................................R$ (66.593,05)
	2. (-) Restos a Pagar Não Processados–2015 ......................R$
	3. (-) Restos a Pagar Não Processados–2016 ......................R$

**(=) Superávit Financeiro em 31/12/16 ............................................R$ 118.791,43**

**Superávit Financeiro 2015**

(+) Ativo Financeiro

* 1. Caixa e Equivalentes apurado em 31/12/15...................... R$ 416.958,02

(-) Passivo Financeiro

* 1. (-) Passivo Circulante em 31/12/15 ...................................R$ (55.850,30)
	2. (-) Restos a Pagar Não Processados–2014................... R$
	3. (-) Restos a Pagar Não Processados–2015 ......................R$

**(=) Superávit Financeiro em 31/12/15 ............................................R$ 387.773,28**

1. **Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC**

 De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, volume V, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a demonstração do fluxo de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

 O Fluxo de Caixa foi elaborado pelo método direto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes.

O Fluxo de Caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receita corrente e ingressos extraorçamentários, dos desembolsos da despesa corrente, de Restos a Pagar Não Processados e dos desembolsos extraorçamentários, bem como dos desembolsos da Despesa de Capital.

 A demonstração do Fluxo de Caixa de 2016 está assim demonstrada:

**Ingressos**

Receita Corrente .................................................. R$ 1.049.575,29

Ingressos Extraorçamentários ........................... R$ 0,00

Receita de Capital – alienação de bens móveis... R$ 0,00

**Desembolsos**

Despesa Corrente ................................................................. R$ 986.818,16

Desembolsos Extraorçamentários ........................................ R$ 0,00

Desembolsos Despesas de Capital (investimentos).............. R$ 284.867,06

**Apuração do Fluxo de Caixa no Período ........... R$ 53.293,52**

 Houve um Resultado do Fluxo de Caixa e Equivalentes no exercício de 2016, no valor de **R$ 53.293,52** (cinquenta e três mil duzentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

1. **Gestão de Risco Financeiro**

As operações financeiras do órgão são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com as normas internas do CAU/BR.

As aplicações, os resgates, os pagamentos são de responsabilidade dos ordenadores de despesas. Toda a movimentação financeira é realizada pelo Setor Financeiro após a autorização dos ordenadores de despesas.

1. **Risco de Crédito**

O risco de crédito do CAU/AL em relação às aplicações financeiras, os recursos estão aplicados a curto prazo em títulos do tesouro nacional, garantidos pelo Banco do Brasil S/A.

1. **Risco de mercado**

Para o CAU/AL não existe o risco de mercado, em razão de que as aplicações financeiras são realizadas em rendas fixas, cujas alterações no decorrer do exercício são insignificantes.

1. **Risco de Liquidez**

Não existe risco de liquidez, uma vez que o CAU/AL não assumiu nenhum compromisso financeiro que não possa ser cumprido com os recursos financeiros disponíveis, além do controle de arrecadação e despesa mensalmente.

1. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Maceió-AL, 24 de março de 2017.

 **SELMA MARIA LESSA DE MOURA**

 CRC AL nº 4153/ Assessoria Contábil do CAU AL